

Deputados federais não apóiam municipalização

João Carlos Henriques

A tese da municipalização do Distrito Federal e da criação do Estado de Brasília, defendida por deputados distritais na edição de outubro do *Jornal de Brasília*, foi repudiada pelos deputados federais Augusto Carvalho (PCB), Benedito Domingos (PTR) e pelo senador Valmir Campelo (PTB). A deputada federal Maria Laura (PT) e o senador Maurício Corrêa (PDT) ainda não têm opinião formada sobre o tema. O único parlamentar federal consultado pelo JBr que concorda com essa tese é Osório Adriano (PFL).

Todos esses parlamentares, entretanto, concordam numa coisa. Foram unânimes em criticar a intromissão do deputado federal Paulo Delgado (PT-MG). Esse deputado declarou ao JBr que Brasília deveria ter um prefeito e não um governador e que, em vez de deputados distritais, deveria ter vereadores. Delgado manifestou-se ainda contrário à eleição direta dos administradores regionais das cidades-satélites e até mesmo contra a industrialização do DF.

Municipalização

O senador Valmir Campelo entende que a municipalização do DF é prejudicial. "O DF deve continuar indivisível", sustenta Campelo, acrescentando que a transformação das satélites em municípios

só iria enfraquecer-las. "Os municípios do Brasil estão falidos e as satélites são atendidas porque os repasses da União para o DF são significativos", argumentou. Campelo disse, contudo, que não descarta a possibilidade de eleição direta para os administradores regionais. "A Lei Orgânica pode tratar desse assunto", disse ele.

Esta também é a posição do deputado Augusto Carvalho. "O DF não tem arrecadação e na época da Constituinte essa tese de municipalização e de criação de um novo Estado foi derrotada, sendo defendida apenas pelo PC do B", lembra Augusto, para quem a decisão dos constituintes "foi correta".

Augusto acredita, entretanto, na autonomia política das satélites. "Essa autonomia é compatível com a indivisibilidade do DF, e os deputados distritais terão criatividade para encontrar uma solução para esse tema", firmou. Segundo ele, "difícilmente a tese da municipalização encontrará acolhida no Congresso Nacional na revisão constitucional de 1993". Augusto defende a consolidação da experiência atual. "Tem gente, além do Paulo Delgado, que é contra a atual autonomia política de Brasília", advertiu Augusto, sem contudo revelar a quem se referia.

Benedito Domingos, presidente nacional do PTR, também é contra a municipalização. "O DF passaria

a ser um estado comum, como outros", acredita Benedito. Para ele, a realidade econômica do DF não permite essa mudança.

O senador Maurício Corrêa manifestou dúvida sobre o tema. Disse, contudo, que "em princípio" é favorável à municipalização e até à anexação de cidades do Entorno, mas que esse assunto deve ser debatido profundamente.

Quem também tem dúvidas sobre a municipalização e a transformação de Brasília em estado é a pestista Maria Laura. "Transformar Brasília em Estado para mim é novidade", disse ela, acrescentando, porém, que defende a ampliação da representação política. Sobre seu colega de bancada, Paulo Delgado, disse que o convidou para um debate com o Diretório Regional do PT. "A posição dele contradiz as teses defendidas e adotadas pelo PT-DF", disparou.

O único dos parlamentares consultados pelo JBr que apóia incondicionalmente a proposta de municipalização é Osório Adriano, do PFL. "Acho que a democracia tem que ser praticada em todos os níveis e por isso vou defender que se modifique a Constituição para não só municipalizarmos o DF, como criarmos um novo Estado ou algo que fique no meio termo, pois um Estado tem menos vantagens que o DF", afirmou Osório.